

## 4. Conclusão

Grande parte do esforço perpetrado por Furtado ao voltar-se para uma reflexão sobre a política e a democracia brasileira, pode ser concebido como uma manifestação que ampara uma interpretação sobre a crise do desenvolvimentismo expressa na questão: por que o desenvolvimento industrial não havia sido acompanhado de um equivalente desenvolvimento social? O alto custo social do desenvolvimento industrial brasileiro, que apesar de conduzido sob a égide do Estado não havia contribuído para um efetivo desenvolvimento das estruturas sociais, evidenciava uma crise do modelo “desenvolvimentista original”. Uma importante base de fundamentação ideológica deste modelo era uma concepção de desenvolvimento que previa que a modernização da estrutura econômica e produtiva conduziria diretamente à modernização da estrutura social. Porém, ainda no princípio da década de 1960, obras de importantes autores desenvolvimentistas – dentre os quais Furtado - refletem a percepção de que o desenvolvimento social não se concretiza como o esperado. Nesse contexto de crise da ideologia nacional-desenvolvimentista, estabelece-se também uma grave crise político-econômica que faz crescer o apelo de movimentos que propunham a ruptura institucional.

A busca de Furtado ampliara-se: para além do desenvolvimento econômico, o autor está profundamente empenhado em compreender as barreiras políticas, institucionais e sociais que retardam a promoção de um efetivo desenvolvimento social no Brasil, tomando como pressuposto a necessidade da manutenção de um regime político aberto à participação. Nesse sentido, a modernização do quadro político-social brasileiro passa a ocupar o pensamento do autor, o que o leva a considerar que o papel dos intelectuais progressistas seria formular um programa e intervir na defesa de um projeto de desenvolvimento mais justo. A posição do intelectual era apresentada enquanto um grupo capaz de superar os condicionamentos de classe para defender o interesse social da nação. E este, ao que aparentava, afastava-se dos objetivos das classes dominantes. Apoiado pelo Estado, o desenvolvimento industrial havia beneficiado especialmente a burguesia industrial – classe que, segundo a ideologia nacional-desenvolvimentista, teria os interesses associados ao desenvolvimento da nação -, mas essa não se furtara pactuar de formas danosas ao país com empresas estrangeiras e não promovera uma ruptura com as antigas classes dirigentes, de forma que esses fatores permaneciam comprometendo o

desenvolvimento nacional. Nessa conjuntura, e especialmente após o fracasso do plano trienal, não mais estaria posta a possibilidade de uma aliança entre as classes modernas enquanto condutoras do desenvolvimento brasileiro.

A inovação no discurso proposto por Furtado passa pela mobilização do conceito de democracia. Se esse conceito, até o início da década de 1960, era predominantemente invocado por setores conservadores do pensamento social brasileiro, como forma de legitimar uma ordem social harmônica e perpetuadora do *status quo*, o autor perpetra outra inovação na alteração da própria semântica do conceito.

Na interpretação de Furtado do conceito de democracia, esse é concebido sob a chave da mudança social ao legitimar institucionalmente a luta de classes. Inspirado por autores relacionados à social-democracia, ele irá defender um projeto de capitalismo democrático no qual os principais atores indutores do desenvolvimento seriam as classes trabalhadoras. Em um momento de crise e exacerbação das tensões sociais, a intervenção linguística do autor, isto é, no plano das ideias, se daria justamente no sentido de legitimar a coexistência entre conflitos sociais e democracia. Essa alternativa se constituiria enquanto crítica a qualquer possibilidade de ruptura institucional, seja um golpe de direita, seja um movimento de inspiração marxista-leninista.

A partir da crítica ao desenvolvimento brasileiro e ao regime político do país, são propostas reformas cujo cerne estaria atrelado ao aumento da participação política das classes trabalhadoras nas esferas de decisão, como única medida capaz de conduzir a dissolução do pacto de dominação populista. A incorporação dessas classes na política levaria à sua autonomização segundo seus objetivos próprios - aos quais estaria atrelado o próprio interesse social da nação - e à formação da consciência das classes trabalhadoras, de maneira que essas se tornassem as protagonistas do processo de desenvolvimento econômico e social do país, sob uma ordem democrática mais justa e dinâmica.

Nossa análise da mobilização e da semântica atribuída ao conceito de democracia por Furtado no contexto da crise do desenvolvimentismo, nos indica uma possibilidade de pesquisa mais ampla desses elementos nessa conjuntura. Ocorre que as propostas de estabelecimento de uma ordem social baseada no conflito, na luta de classes e na autonomia das classes trabalhadoras perante o Estado serão pontos norteadores das reflexões sobre o conceito de democracia perpetradas pela Escola de

Sociologia da Universidade de São Paulo a partir da crítica à democracia populista e ao nacional-desenvolvimentismo<sup>169</sup>.

Portanto, sugerimos que antes mesmo das mudanças no discurso político, frutos da emblemática experiência que o golpe militar causa nos pensamento social brasileiro, alguns autores associados ao nacional-desenvolvimentismo já estariam perpetrando críticas contundentes a importantes pontos da ideologia “desenvolvimentista original”, a partir da reflexão sobre a democracia, a luta de classes e a autonomia dos trabalhadores em oposição ao populismo. A densidade das convergências e divergências entre esses discursos carece de uma pesquisa mais ampla sobre os autores participantes do contexto linguístico em torno do ISEB no início da década de 1960 – como os textos dos autores dissidentes e dos integrantes da última fase do instituto – e da Escola Paulista.

---

<sup>169</sup> Sobre este ponto ver: IANNI, O. Processo Político e Desenvolvimento Econômico. IN: \_\_\_\_\_. **Política e Revolução Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.; WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. 2. ed. - Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980.; FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975; FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: Ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.